



TRÂNSFUGAS NA MODERNIDADE: LITERATURA E POLÍTICA EM MACHADO DE ASSIS, SÍLVIO ROMERO E CLÓVIS BEVILÁQUA NO BRASIL DO *FIN-DE-SIÈCLE*

Gabriel S. Cerqueira – gabrielscerqueira@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Museu Ciência e Vida/Fundação
CECIERJ, Duque de Caxias, RJ, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-9309-0444>

RESUMO: Neste artigo, serão exploradas as interseções entre literatura e política no Brasil da virada do século XIX para o XX, a partir das trajetórias de Machado de Assis, Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua. Partindo de *Machado - Romance* (2016), de Silviano Santiago, analisa-se como as transformações da modernidade se refletiram na vida e obra de Machado, especialmente em seus últimos anos (entre 1905 e 1908), destacando-se como as tensões sociais e políticas da época se inscrevem na experiência pessoal do autor e em suas relações de sociabilidade. Já Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua são analisados enquanto intelectuais trânsfugas, no sentido de que seu esforço por autonomia os levou a não se enquadrarem plenamente nas estruturas (intelectuais e sociais) dominantes. Dentro desse prisma, os três autores analisados oferecem, ainda que implicitamente, uma visão crítica da modernidade brasileira. A reflexão sobre esses intelectuais permite compreender as contradições da modernidade no Brasil, destacando o entrecruzamento da literatura, da política e da cultura como espaço privilegiado de análise dessas tensões. Além de Silviano Santiago, toma-se como referências teóricas as ideias de Edward Said (2005) sobre o papel dos intelectuais e Eric Santner (2011) sobre a dualidade constitutiva do processo de construção da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade no Brasil; Machado de Assis; Sílvio Romero; Clóvis Beviláqua

1 INTRODUÇÃO

Machado de Assis, um dos mais proeminentes escritores brasileiros, tem sido objeto de extensa análise crítica devido ao seu estilo único, sua ironia refinada e sua capacidade de diagnosticar, com precisão e profundidade, as complexidades do Brasil da passagem à modernidade. Neste artigo, propomos uma leitura da trajetória de Machado a partir de *Machado - Romance* (2016), de Silviano Santiago, que aborda os últimos anos do autor, entre 1905 e 1908, período marcado por sua lenta decadência física e emocional. A obra de Santiago, que combina romance, ficção e pesquisa histórica, oferece uma visão original de Machado, explorando não apenas sua vida privada, mas também o contexto social e político em que estava inserida.

A partir dessa análise, o artigo se volta para as trajetórias de dois intelectuais brasileiros contemporâneos do escritor, Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua, que, embora inseridos no campo acadêmico do direito, vivenciaram a condição de "trânsfugas" em um cenário intelectual marcado por disputas políticas e ideológicas. A reflexão sobre esses três personagens permite uma compreensão mais profunda das pressões biopolíticas e das contradições da modernidade no Brasil. Aparentemente

distantes, Machado, Romero e Beviláqua partilharam do status de não serem sujeitos plenamente enquadrados nas estruturas sociais e intelectuais de seu tempo. Considerado um dos maiores, se não o maior, escritor brasileiro, Machado de Assis viveu a condição de ser um homem negro na ordem escravocrata, enquanto Romero e Beviláqua disputaram espaço no campo acadêmico do direito vindo de fora dos círculos dominantes das elites políticas e acadêmicas. Essa posição singular de marginalidade relativa permitiu-lhes experimentar, de forma mais aguda, as tensões sociais de um momento de crise e transição, refletindo essas experiências tanto em suas obras quanto em seus estilos.

Nesse contexto, é relevante trazer à tona a reflexão de Edward Said (2005) sobre a definição de intelectual. Para Said, o intelectual deve ocupar um espaço de discurso não dogmático e autocrítico, causando embaraço no público, incomodando-o e provocando-o. O intelectual, assim, deve ser independente e atuar como um agente de desestabilização do *status quo* (em oposição aos intelectuais "cooptados" que trabalham para a preservação do sistema). Se levarmos em consideração outra referência importante nos estudos sobre intelectuais, Antônio Gramsci (2001), a questão central passa a ser como conciliar a perspectiva crítica do intelectual com sua organicidade, ou seja, com suas vinculações de classe. A questão que se coloca, inclusive à nível da subjetividade é: como ser ao mesmo tempo um crítico independente e um ser social inserido em relações de poder e contradições de classe?

Gramsci enfatiza que o intelectual deve compreender sua organicidade enquanto ser social, mas também deve se colocar como indivíduo através da crítica. Essa dualidade é fundamental para entender o papel do intelectual na sociedade moderna, onde os antagonismos de classe e as contradições sociais estão na base da vida política e cultural. Tal perspectiva crítica, que Said vincula aos interesses antagônicos de classe, é essencial para compreender o papel de críticos do *status quo* assumido pelos intelectuais aqui analisados. Posição essa que carrega consigo consequências, muitas vezes inscritas no próprio corpo.

É importante destacar que tanto Machado quanto Romero e Beviláqua são intelectuais de formação, no sentido de que suas trajetórias não foram predefinidas pelas expectativas históricas em torno deles. Machado, neto de escravos e autodidata, construiu uma carreira literária que desafiava as convenções de sua época. Romero, por sua vez, emergiu de uma província do Nordeste para se tornar uma figura central no debate intelectual brasileiro, enquanto Beviláqua, nordestino e filho de padre, embora mais bem-sucedido profissionalmente, também enfrentou resistências devido às suas ideias progressistas. Essas trajetórias atípicas, marcadas por uma constante busca por autonomia e crítica, refletem-se em suas obras e em seus estilos, que muitas vezes desafiam as expectativas convencionais.

2 MACHADO DE ASSIS E AS PRESSÕES BIOPOLÍTICAS DA MODERNIDADE

Silviano Santiago, em *Machado – Romance* (2016), apresenta um Machado de Assis em seus últimos anos, enfrentando a velhice, a epilepsia e a solidão. A narrativa de Santiago, apesar do subtítulo do livro, une romance e ficção à pesquisa histórica, e o autor apresenta uma leitura original da vida e obra de Machado, destacando como as transformações sociais e políticas do Brasil da passagem à modernidade se refletem em sua experiência pessoal. A modernização do Rio de Janeiro, com suas reformas urbanas, avanços médicos e mudanças políticas, é retratada não apenas como pano de fundo, mas como parte integrante da vivência do autor.

Santiago nos apresenta um Machado de Assis durante “seu lento desaparecimento” (Santiago, 2016)¹, ou seja, em seus últimos anos. Com uma obra na fronteira entre o romance histórico, a crítica literária e a (auto)biografia, o argumento é construído desde um ponto de vista metodológico que podemos enquadrar no estilo retórico ressaltado por Carlo Ginzburg (2002), onde a retórica se encontra no campo do provável e não da pura ficção. Santiago usa a ficção para imaginar situações e descrever sentimentos, mas sempre sedimentado em uma pesquisa concreta nos textos, correspondências e livros que Machado citava e lia. A ficção preenche as lacunas deixadas pelas fontes ao mesmo tempo em que propicia uma interpretação que não seria possível sem um rigor flexível.

Sob esse olhar do mundo privado de um Machado viúvo, com problemas recorrentes devido à epilepsia, às voltas com a velhice, o espaço individual e subjetivo do autor-personagem é narrado de forma justaposta à vida pública do Rio de Janeiro no Brasil da passagem à modernidade. As reformas urbanas, os esforços de sanitização, os avanços da medicina, o “bando de ideias novas” (Cerqueira, 2019), as transformações na política e a presença de novos atores sociais, os problemas da subalternidade, dos marginalizados, da violência do controle social em um país recém-saído da ordem escravocrata...está tudo lá. Tudo ao mesmo tempo inscrito na própria vivência de Machado nesses tempos. Não há como não supor que as angústias, melancolias, dilemas, solidão, patologias que Machado experimenta naqueles anos não sejam também efeitos dessa modernidade introjetada e regurgitada sob a forma de sofrimento.

A obra de Santiago também introduz a figura de Mario de Alencar, filho de José de Alencar, como um duplo mais jovem de Machado. Nascido em 1872, 33 anos mais jovem que o bruxo do Cosme Velho, Alencar emerge na narrativa como o próprio sintoma dessa modernidade e, assim como Machado, Mario, epilético, somatiza essa conjuntura na própria carne. Ambos partilham das mesmas angústias e dilemas ao somatizar as tensões da modernidade em seus corpos.

A inscrição das contradições da modernidade no corpo, que Santiago aborda como pano de fundo, foi discutida por Eric Santner (2011) em *The Royal Remains*. Santner argumenta que a modernidade

¹ Através dos olhos de um Silviano Santiago que também se vê às voltas com a velhice e se coloca como autor-personagem.

é marcada pela transição da soberania real para a soberania popular, o que gera novas formas de pressão sobre os corpos dos cidadãos. Essa transição, segundo Santner, é acompanhada pela emergência de uma "teoria da carne" (*theory of the flesh*), que explora como as tensões simbólicas da modernidade se manifestam no corpo físico.

Partindo da famosa interpretação de Kantorowicz (1998) sobre a fonte mística da autoridade monárquica no Antigo Regime², Santner desenvolve sua própria interpretação da modernidade através da "teoria da carne"³ (*theory of the flesh*) como substância sublime tanto dos rituais legais (direito) e religiosos (doutrina teológica), quanto das fantasias literárias e sociais em torno da fisiologia singular da soberania (Santner, 2011, local 49)⁴. Santner persegue seu objeto (a forma como a introjeção do campo simbólico pelo inconsciente, na ordem moderna, provoca erupções inscritas no *pathos* que revelam, ao emergir, contradições próprias da modernidade, cujas manifestações, erupções psicopatológicas, Santner enquadra em sua *theory of the flesh*) através da literatura, filosofia, pintura e pensamento político, focando em trabalhos produzidos no século XX representativos da mudança histórico-cultural conhecida como modernismo. Essas obras captam as pressões biopolíticas geradas pela transição da soberania real para a soberania popular (tema recorrente dos últimos trabalhos de Foucault), que configura o principal motor da transição cultural e política representada pela modernidade.

A tese central do autor é que

[...] os aspectos cruciais da modernidade podem ser compreendidos a partir da transformação de todo o complexo de tensões pertencentes à teologia política da soberania real em pressões biopolíticas da soberania popular. Minha afirmação é de que a biopolítica assume particular urgência e expansividade na modernidade porque o que está em questão não é simplesmente a vida biológica ou a saúde das populações, mas a sublime vida-substância do povo, que, ao menos em princípio, se torna o portador da soberania e assume a dignidade do príncipe (Santner, 2011, local. 78)⁵

Essas pressões às quais Santner se remete (pressões biopolíticas, forçadas pela transformação social empurrada pela modernidade) impõem não só questões a respeito da fundação e constituição da autoridade política (rei/príncipe x povo), mas a respeito dos padrões e procedimentos através dos quais seres humanos se investem de autoridade, nos vários "cargos" e "ocupações" que assumem, e os meios

² Kantorowicz explora o conceito medieval e moderno da realeza a partir da ideia de que o monarca possui "dois corpos": um corpo natural (físico, mortal) e um corpo político (eterno, simbólico). Essa dualidade permitia que a monarquia mantivesse continuidade e autoridade mesmo com a morte ou mudança dos monarcas, uma ficção teológico-jurídica à serviço da política.

³ A expressão em inglês *flesh* tem uma conotação específica direcionada à carne do corpo animal, diferentemente da tradução literal para o português "carne", de modo manteremos a expressão em inglês sempre que necessário.

⁴ Algumas edições digitais não contam com a referência de paginação, nesses casos as citações e referências presentes nesse artigo obedecem às normas do item 6.2.4 da ABNT NBR 10520.

⁵ Até o momento, não há tradução da obra para o português, assim, todas as citações literais são traduções livres.

pelos quais tais procedimentos de investidura, tais transferências de autoridade simbólica, são legitimados⁶.

Essa questão é colocada pelo caso Schreber (caso síntese dessa virada para modernidade): como um distúrbio no espaço de representações (espaço onde os humanos se relacionam simbolicamente, com seus cargos, títulos, papéis, etc.) pode gerar efeitos no nível de uma desordem nervosa (Santner, 2009)? Qual a relação entre "representações" e "nervos"? Para responder a essas questões, Santner introduz Foucault (e suas investigações a respeito da proliferação, na modernidade, de novas formas de poder político e autoridade) como uma contribuição original ao trabalho de Freud, no sentido de relacionar o sofrimento psíquico e os efeitos da psique, com seus correlatos somáticos. Ambos, Foucault e Freud, estão preocupados com a relação entre o corpo na modernidade e as desordens, ou mudanças, a nível das representações, características do período.

A doutrina dois corpos do Rei, trabalhada por Kantorowicz (1998), está inscrita precisamente aí: dentro da estrutura do pensamento teológico-político onde a soberania é sustentada pela carne sublime, ou sacra, do monarca. Sociedades pós-monárquicas são confrontadas com o problema de "assegurar a carne" do novo portador do princípio da soberania, o Povo. A biopolítica, e seus desdobramentos correlatos em poder disciplinar, instituições de controle, etc., pode ser compreendida enquanto a estratégia (ou as estratégias) empregada pelas sociedades modernas para garantir uma nova sustentação (novo suporte) para os signos e valores que circundam novas formas de redes e conexões. É a partir desse pano de fundo que Santner trabalha a explicação foucaultiana da transição da fórmula clássica da soberania para formas de poder e governamentalidade que emergem na alvorada da modernidade.

A problemática, como se vê, ultrapassa uma análise da macropolítica, e procura refletir sobre a noção de soberania a partir de uma relação pendular entre o geral e o sujeito aí inscrito. É uma reflexão que se expande da fonte de legitimidade da norma política para a capacidade do indivíduo de se sentir representado no campo social e experimentar suas representações como viáveis à própria vitalidade.

Há que se ter em mente que a imagem de uma "figura" é fundamental para a sustentação da soberania. A construção dessa figura é realizada sempre como excesso, transbordando uma pressão também excessiva para o indivíduo se reconhecer ou se encaixar no sistema simbólico. Esse excesso de pressão é produzido pela própria lógica da soberania. Santner corretamente argumenta que é esse excesso que constitui a *flesh* do corpo sublime do rei e que, na transição para a modernidade, os novos portadores do princípio da soberania estão, de certo modo, presos a uma imagem de "excesso carnal" ao qual seus

⁶ Esse aspecto do enquadramento/desenquadramento em um corpo profissional será abordado na segunda parte, ao tratarmos das trajetórias de Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua.

⁷ Daniel Paul Schreber, nas suas memórias, refere-se a si mesmo como um "doente dos nervos" (*nervenkranken*). A forma como o campo simbólico se expressa patologicamente no corpo, na carne, nos leva à imagem do corpo trêmulo de Machado diante da violência de um ataque epilético, doença que, por sua explosão gráfica, muitas vezes provoca isolamento social.

próprios corpos não podem preencher ou se adequar. Essa questão, esse vazio, deve ser gerido de novas formas, daí a emergência da biopolítica, nas palavras de Foucault: "O velho poder de morte simbolizado no poder soberano é agora cuidadosamente suplantado pela administração dos corpos e pelo gerenciamento calculado da vida" (Santner, 2011, local. 8).

É nesse momento histórico, por exemplo, que o crime passa a ser zona indistinta entre direito e medicina – cujo centro emerge dessa nova racionalização centrada na questão da vida, sua preservação, desenvolvimento e gerenciamento. Esse movimento diagnosticado por Foucault é precisamente a transfiguração dos dois corpos do Rei em dois corpos do Povo: a migração da carne real (*royal flesh*) – de estranha presença física e material dotada de uma força peculiar – que transfigura o corpo meramente mortal do rei em corpos e vidas dos cidadãos dos modernos Estados-Nações (Santner, 2011, local. 10).

O excesso do que transborda na transfiguração do corpo soberano mítico do Rei para o corpo soberano do povo é o que vai configurar a duplicidade deste último⁸. A biopolítica é, assim, uma estratégia de encapsular esse excesso de *flesh* do corpo. Entrar nos pormenores no trabalho do crítico norte-americano, apesar de frutífero, tomaria um espaço demasiado para as pretensões deste trabalho, de modo que queremos apenas resguardar essa imagem moderna do “segundo” corpo do povo como sendo algo considerado excessivo, que provoca aversão, algo até incivilizado, anti-moderno, doente. Um segundo corpo que detém as características (nem sempre físicas, mas sempre simbólicas) que se deve suprimir.

É esse o sentido que queremos dar ao problema do corpo trazido por Silviano Santiago em *Machado*. E é esse o sentido oculto na problemática da relação entre Machado (em seus últimos anos, doente, mas ainda altivo) e Mario de Alencar (inseguro, hesitante diante da epilepsia e dos seus limites), que Santiago é demasiadamente sagaz para nos entregar de bandeja. Essa problemática ganha contornos mais claros no capítulo derradeiro: “A transfiguração”. Na metáfora da transfiguração a reflexão de Santner sobre a biopolítica aparece no romance de Santiago.

A transfiguração, evento bíblico em que Jesus sobe aos céus transformado e irradiado de luz, onde o corpo mortal é apresentado em aura de divindade, é trazida para o romance histórico de Silviano a partir da, dita, última obra de Rafael Sanzio. Produzida entre 1516 e 1520, a pedido comissionado pelo Cardeal Giulio de Médici (de família com forte influência política e poder econômico na renascença), *A Transfiguração* é considerada uma das obras mais importantes do mestre renascentista. Hoje exibida na Pinacoteca Vaticana⁹, a pintura passou por Paris, durante as invasões napoleônicas, mas foi no Panteão de Roma, por ocasião da morte do pintor, em 1520, que esteve diante do público pela primeira vez. Em

⁸ Basta ver a inúmeras referências que aparecem no debate público contemporâneo sobre quem ou que grupos, no corpo de uma nação, são portadores plenos da cidadania e de direitos, e a quem estes são negados.

⁹ <https://www.museivaticani.va/content/museivaticani/en/collezioni/capolavori/pinacoteca.html>

1523 foi levada à Igreja de São Pedro em Montório, no topo da colina do Janículo, fora dos limites históricos da antiga cidade de Roma, onde esteve à mostra sobre o altar-mor até 1797.

A Transfiguração era um dos quadros favoritos de Machado, objeto de algumas cartas do autor em seus anos derradeiros, e é aqui que o reencontramos. Eis a descrição da obra feita por Silviano, através da interpretação do historiador da arte Giorgio Vasari (contemporâneo de Rafael)¹⁰:

[Há] duas metades destoantes do quadro, cujas tramas são extraídas quase *ipsi litteris* do Evangelho segundo São Mateus. [...] Na metade superior da tela, se representa Cristo *transfigurado na sua divindade*. Entre a terra e o céu, no ar, iluminado por um clarão esplendoroso, tem ao lado os profetas Moisés e Elias e, prostrados pelo monte Tabor, os discípulos Pedro, Tiago e João, que protegem os olhos da potente luz divina que irradia sobre o alto do monte. Ao abrir os braços – em gesto que antecipa a morte pela crucificação e alçar a cabeça de modo *angusto e altaneiro*, Cristo, em bata cor de neve, *mostra a Essência e a Divindade* das Três Pessoas, atadas estreitamente pela perfeição de Rafael.

Na metade inferior da tela, aparecem nove discípulos de Cristo. Em frente a eles, concentra-se um grupo variado de *peçoas do povo*. Destaca-se um rapaz epilético, motivo para o encontro entre Jesus lá no alto e os discípulos cá embaixo. O rapaz está à espera do gesto milagroso, que só poderá vir do Salvador.

Retorcendo-se em convulsão, o jovem quer ficar de pé. Grita e revolve os olhos para o alto. Esboça um gesto forçado e temeroso em direção ao Filho de Deus. O *sofrimento humano* contaminado pelo espírito maligno está à vista na sua *carne*, nas veias e no pulso. O velho que abraça o rapaz, ao mesmo tempo que o ampara, e, ao levantar as sobrancelhas e enrugar a testa, revela também força e medo, simultaneamente (Santiago, 2016, local. 5405, grifo nosso).

Essa descrição do quadro de Rafael aponta, também, para uma duplicidade: acima, a metamorfose do homem em Deus, emanando do próprio corpo transfigurado a força que o transfigura (Santiago, 2016, local. 5439), abaixo, a miséria da humanidade, a dor, o espetáculo da insuficiência de forças, a doença (representada pela epilepsia, metáfora, na parábola bíblica, da possessão demoníaca). Essas imagens que se antagonizam estão cristalizadas no momento exato de Cristo em vias de se transfigurar, como se Rafael (ele próprio epilético) estivesse a apontar, pelo contraste, não para a figura sublime, mas para o excesso mundano, imanente, indissociável da vida. É interessante contrastar o detalhe gráfico de Cristo contra o do epilético. Na imagem sublime de Cristo, o corpo é escondido, preterido pelo movimento das vestes. No epilético, o corpo com seus músculos contraídos aparece em detalhe, quase como um sintoma do mundano e do falho, vítimas das “convulsões que tanto desordenam as formas anatômicas do corpo humano, quanto desbotam a cor da carne” (Santiago, 2016, local. 5460).

¹⁰ Não era difícil conseguir, no Rio de Janeiro do começo do século XX, um exemplar da obra. No acervo da Biblioteca Nacional, por exemplo, consta um exemplar em italiano, publicado em 1893, de modo que não é de todo fantasioso supor, como o faz Santiago, que Machado de Assis tenha lido estas mesmas palavras.

A frase acima, de Silviano Santiago, poderia perfeitamente ter saído de uma reflexão sobre biopolítica. Ao opor, no trecho literal em destaque, as expressões “transfigurado na sua divindade”, “augusto e altaneiro” e “essência e divindade” à “pessoas do povo”, “sofrimento humano” e “carne”, Santiago vai ao âmago da questão. Podemos especular ser esse o motivo real da obsessão de Machado de Assis pela obra de Rafael. Machado foi um incansável observador dessa condição marginal a que as “pessoas do povo” foram relegadas. Ele próprio negro, neto de escravos e epilético no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX¹¹.

Com esse capítulo, Santiago parece nos sugerir que a obra de Machado de Assis permite uma reflexão interessante e útil sobre as pressões biopolíticas que vão se instalar nos corpos do povo. Machado é um perspicaz observador dessa conjuntura, ainda que sem referencial teórico explícito. Silviano Santiago observa esse dado e o justapõe à própria trajetória do escritor em seus últimos anos de vida e é na sua relação com Mario de Alencar que está, talvez, a sugestão mais rica do texto (ainda que implícita). Mais do que o próprio Machado, Mario aparece sempre consternado com sua condição de doente, inseguro com suas ambições literárias. Parece constantemente a observar, metaforicamente, a parte de cima do quadro de Rafael. Quer se transfigurar em sua divindade e diante das constantes pressões e oposições, sofre sobejamente, desejando enquadrar-se. Machado de Assis, ao contrário, ainda que imerso no *pathos* característico da modernidade, tem os olhos fixados na parte de baixo do quadro. O interesse na transfiguração para a Machado, nos seus últimos anos de vida, não está, sugere Santiago, na figura sublime, mas nas que, absortas com tal sublimação, são deixadas para trás. Para remeter à análise de Eric Santner, não é o corpo sublime do rei ou do povo que interessa, mas o que, nesse processo é deixado de lado, o que fica de fora dessa ordem. Não o “transfigurado em sua divindade”, mas o trânsfuga, aquele que permanece foracluído. Podemos abduzir que é com esse olhar que Machado constrói suas personagens tão características das contradições da modernidade na transição tardia ao capitalismo? Brás Cubas, Quincas Borba, Bentinho, Marcela, Prudêncio, Eugênia... todos tem esse elemento da transfugacidade.

Ao abordar essa reflexão tendo como fonte (e por meio de) uma obra literária, Santiago, sem nunca explicitar, inscreve suas preocupações no bojo das reflexões sobre literatura, análise social e biopoder. Esses elementos, contudo, não são observáveis apenas nas obras literárias, embora elas forneçam material indiscutível para a reflexão, mas também nas disputas políticas e intelectuais daquela conjuntura em que se passam os últimos anos de Machado de Assis. A análise de Santiago demonstra que a literatura pode ser um espaço privilegiado para a reflexão sobre essas pressões biopolíticas. Essa

¹¹ Augusto Malta, fotógrafo oficial do Rio de Janeiro, fotografou, em 1907, Machado de Assis logo após um surto de epilepsia. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/machado-de-assis-pesquisador-diz-ter-encontrado-possivel-ultima-foto-do-escritor-em-vida-veja-a-imagem.ghtml>

perspectiva, que ecoa a análise de Santner, permite uma leitura crítica das contradições da modernidade brasileira.

Tomando como ponto de partida essa reflexão acerca das relações entre biopolítica, soberania popular (e também soberania de si mesmo, busca por autonomia – algo que nunca escapou de Machado ou de Silviano) e da experiência da condição de trânsfuga, vamos analisar na sessão seguinte, de acordo com a proposta do trabalho, as trajetórias de dois intelectuais que, inscritos diretamente no campo acadêmico da Primeira República, experimentaram, cada um a seu modo, dessa condição, sempre acompanhada por pesadas sansões e por forte desejo de autonomia: Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua

3 SÍLVIO ROMERO E CLÓVIS BEVILÁQUA: INTELECTUAIS TRÂNSFUGAS NO BRASIL DA PASSAGEM À MODERNIDADE

Sílvio Romero (1951-1904) e Clóvis Beviláqua (1859-1944) foram dois intelectuais contemporâneos de Machado de Assis que, embora inseridos no campo acadêmico a partir da formação em direito, vivenciaram a condição de trânsfugas em um cenário intelectual abrangente marcado por disputas políticas e ideológicas. Falar sobre as transformações que o Brasil viveu na passagem à modernidade implica em refletir sobre o impacto da circulação de ideias nas duas margens do Atlântico. A apropriação das teorias evolucionistas e positivistas, a introdução de Spencer, Haeckel, Darwin, e de uma parcela significativa de uma nova filosofia alemã por alguns intelectuais no Brasil foi marca desse processo. No Brasil daquela conjuntura, os denominados “homens de ciência” foram incumbidos da missão de refletir sobre os caminhos da nação, seu futuro e seus impasses, definidos como intelectuais que lutavam “pelo progresso científico do país” (Schwarcz, 1993, p. 37). Se apropriaram, assim, das teorias raciais europeias (positivismo, naturalismo, evolucionismo, darwinismo) como linha de pensamento social a partir dos anos de 1870. Estas teorias passaram por adaptações, sendo atualizadas de acordo com o contexto político e social brasileiro. Dessa leitura emergem algumas questões acerca da originalidade do pensamento brasileiro e do seu esforço de diálogo com as teorias produzidas na Europa, então centro da modernidade e ideal civilizatório.

Essas ideias serviriam para compreender o novo Brasil diante das transformações econômicas, culturais e sociais do processo de modernização que paulatinamente era posto em marcha. As Faculdades de Direito foram, dentro dessa análise, lócus de produção intelectual de formação de uma elite letrada dedicada a pensar o Brasil e a preencher os postos administrativos do Estado. É sob essa conjuntura que devemos pensar a trajetória de Sílvio Romero e Clovis Beviláqua, dois intelectuais formados na arrancada desse movimento de ideias e centrais (juntos com Tobias Barreto) para o que talvez tenha sido o exemplo máximo desse processo: a Escola de Recife.

O objetivo deste ensaio é menos uma reflexão sobre suas ideias *stricto sensu* e mais sobre como essas ideias ajudam a compreender as trajetórias de ambos, e como estas trajetórias os colocaram na condição de trânsfugas, nos termos tratados na seção anterior. Em outras palavras, ensaio remete-se ao (des)enquadramento desses dois intelectuais no processo de modernização político-institucional e na modernidade. Nos parece algo claro que refletir sobre a trajetória dos sujeitos enquanto trânsfugas, mais do que, digamos, “enquadrados”, aponta de forma mais rica para problemáticas e contradições inerentes à essa modernização – especialmente no que se refere às disputas políticas e intelectuais no Brasil

Sílvio Romero, sergipano de Lagarto, foi uma figura central na renovação intelectual brasileira a partir da década de 1870. Romero nasceu em 21 de abril de 1851, filho do comerciante português André Ramos Romero e de Maria Vasconcelos Silveira Santos Romero. Iniciou os estudos ainda em Lagarto, mas, assim como seu contemporâneo Beviláqua, logo se transferiu. No seu caso, foi direto para a Côrte, em 1863, sem passar pela capital do seu Estado. Foi no Ateneu Fluminense que realizou seus preparatórios antes de ingressar no curso de direito da Faculdade de Recife, em 1868.

Desde seu período de estudante Romero exerceu atividade literária e jornalística, que nunca abandonou até o fim de sua vida. Foi nessa condição que participou da renovação intelectual ocorrida na academia brasileira a partir da década de 1870, junto com seu contemporâneo (como o próprio gostava de ressaltar) Tobias Barreto, que conheceu em Recife. Esse encontro de intelectuais foi central para a formação da Escola de Recife. Romero e Barreto, em suas trocas intelectuais, tomaram contato com as ideias positivistas e naturalistas germânicas e, a partir destas, promoveram uma abertura interdisciplinar no direito, incorporando reflexões da sociologia, antropologia, preocupações com a literatura e cultura nacional como caminho explicativo para as problemáticas do país e alternativas para a reconstrução institucional da nação.

Romero foi uma figura pública e intelectual talhada para a crítica e a polêmica. Tanto que não gozou de “sucesso” profissional nem reconhecimento como Beviláqua¹². Romero foi promotor nos seus primeiros anos e em seguida deputado na Assembleia Provincial do Sergipe, cargo que renunciou em 1875 para retomar a carreira acadêmica. A defesa de sua tese de doutoramento mereceria um trabalho à parte. Travou um debate acirradíssimo com a banca examinadora a respeito do estatuto da filosofia no Brasil, o que o leva a abandonar a defesa e ser processado por injúria (Vita, 1969). Esse evento marca o resto de sua vida acadêmica.

Essa foi a senha para seu retorno ao Rio de Janeiro, onde viveria até sua morte em 1914. No Rio, também exerceu uma carreira duradoura de professor no Colégio Pedro II, para o qual foi aprovado em

¹² Conforme lembra Antônio Arnoni Prado (2009), Beviláqua, em conferência de 1925, resalta o desgosto de Romero em nunca ter sido devidamente recebido pelos círculos acadêmicos do “Sul”, a quem o sergipano acusava de ignorar proposadamente os intelectuais da Escola de Recife.

1880, na cadeira de filosofia. Os anos que se passam são de intensa atividade intelectual e inúmeras publicações. Romero refletiu sobre os rumos do pensamento social e da filosofia no Brasil, produziu uma obra monumental e, até então, sem precedentes, sobre a história da literatura brasileira, e dedicou-se a estudos pioneiros sobre folclore, sempre a partir das referências teóricas da Escola do Recife e com uma inovadora (embora carente de alguma sistematização, segundo os comentadores mais críticos) abordagem interdisciplinar (Candido, 1999, p. 23-40).

Deve-se notar, a título de encerramento desse excuro biográfico, que Romero deve uma discreta participação, como influência intelectual, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Tendo sido paraninfo da turma de 1913 (Mendonça, 1938, p. 15; Vita, 1969). Se Sílvio dedicou-se muito pouco à sistematização teórica, refletiu intensamente sobre o método e sobre as funções da crítica. Mesmo seus detratores (Veríssimo, 2001) têm chamado a atenção que os esforços ordenadores de Romero em relação à desorganização dos critérios e princípios teóricos que circulavam naquela conjuntura, mostravam que tal desordem não era incompatível com a crítica¹³. Ao manter-se longe, por seu perfil intelectual radical, das “igrejinhas” e do *mainstream*, Romero radicalizou também seus empenhos metodológicos. Antônio Candido nos fala que, imerso e embriagado com tantas ideias novas, no turbilhão¹⁴ que foi sua obra, emergem aspectos inovadores com relação ao método que lhe permitiram improvisar sobre o dogmatismo excessivo da época.

Seu desejo irrefreável por autonomia o leva a (junto com o acúmulo de inimigos e detratores) propor uma crítica destemida do campo intelectual brasileiro, através de seu esforço tremendo por alinhar este às correntes mais *up to date*, fugindo à submissão excessiva ao campo intelectual francês, predominante no Brasil da passagem à modernidade. Candido (2006) aponta também que Romero, como crítico, foi também um historiador cultura e sociólogo, que, no alvoroço de divulgação de novas ideias estrangeiras, por vezes o fazia de forma apressada. Contudo, é importante frisar que essa postura deve ser pensada como uma fuga dos dogmatismos, como uma crítica renovada.

Metodologicamente, há um elemento intuitivo em Romero que o puxa para fora do campo dogmático. Uma “intuição genérica”, segundo Candido, que, possivelmente, parte da rara independência intelectual da qual o autor sergipano não abria mão, veja-se o caso já tratado de sua defesa de doutorado. É, num certo sentido, uma atitude metodológica de contraposição ao próprio positivismo que lhe foi tão influente. Esse espaço intuitivo permite a introdução da subjetividade nas suas análises.

¹³ Romero e José Veríssimo protagonizaram uma famosa polêmica sobre a obra de Machado de Assis que, no seu conteúdo, reflete divergências na crítica literária do século XIX, entre nacionalismo e universalismo. Romero criticando a obra de Machado por um suposto mimetismo, enquanto Veríssimo ressaltava seu universalismo.

¹⁴ Segundo Antônio Candido (1999) a obra de Romero remete à um “turbilhão” no sentido próprio e no figurado, dado que arrasta ideias e paixões, ao mesmo tempo que remete a um movimento circular que gira e progride incessantemente sobre si mesmo.

Mais que sua postura de polemista incansável, sua rispidez no ataque, sua falta de polidez retratadas *ad nauseam* por seus críticos e analistas, é justamente essa postura em relação ao método, ao rigor flexível de suas análises, à sua rejeição ao enquadramento a priori das ideias que se deve, no nosso entender, sua condição de trânsfuga na vida intelectual e pública brasileira. Mesmo Antonio Candido, com a análise elevada que faz do seu método, não o faz sem antes atribuir, tangencialmente que seja, um certo caos de ideias em sua obra, uma desconexão teórica, uma intensidade exacerbada. Há, sobre Romero, uma eterna chaga desqualificadora, seus méritos são descritos sempre acompanhados de uma conjunção adversativa. O intelectual inovador, independente e crítico “mas”, também, “apressado e truculento, estudioso onívoro e não raro superficial” (Candido, 1999, p. 9).

O que é frequentemente atacado como ponto fraco de sua produção (a falta de sistematização, a interpretação apressada e superficial) é quase sempre sintoma do que há de mais subversor do campo intelectual contemporâneo a ele (a rejeição às igrejinhas, aos dogmatismos, à aceitação prévia de ideias). Sua constante debacle com ideias novas o colocou como alvo das correntes intelectuais “canônicas”. Não é esse, de fato, o núcleo central dos ataques feitos à obra de Sílvio, por Leonel Franca? É um caso exemplar trazido por Luís Washington Vita (1969, p. 15): um Leonel Franca que “tinha por missão destruir toda doutrina que não coincidissem com a posição tomista” versus o intelectual do período que mais se indispôs com dogmatismos (em especial os de matriz religiosa). Vita também nos lembra que nas atividades jornalísticas Romero adotava o sugestivo pseudônimo de Feuerbach: a sugerir não só sua capacidade de estar profundamente atualizado em relação aos debates teóricos-metodológicos que ocorriam na Europa (uma vez que é na crítica a Feuerbach e aos jovens hegelianos que Marx realizará uma das rupturas epistemológicas mais significativas do século, delineando seu materialismo histórico como método de análise) como sua postura antidogmática de corte também anticlerical (Feuerbach, como se sabe, foi ardente estudioso e crítico do papel político das religiões, em especial da Igreja Católica).

Concordamos com Washington Vita (Idem) quando este afirma que o legado de Sílvio Romero, mais do que mal-entendido, é propositadamente deformado. O rigor flexível e o acesso à subjetividade que transparece em sua obra é o próprio lócus de sua rejeição. Não é de se estranhar que a pena do jesuíta Leonel Franca, prócer do campo católico conservador nos primeiros anos da República, tenha se voltado contra Sílvio. Não é de se estranhar que Sílvio nunca tenha encontrado acolhida no campo do direito, tão permeado por dogmatismo e reticente à atividade crítica, e tenha se refugiado na crítica literária. Mesmo com a criação das Faculdades Livres, apenas com os estudantes encontrou acolhida, em recepção que ainda está por se estudar.

Apesar de contemporâneos e da proximidade intelectual e afetiva, Beviláqua gozou de uma carreira e um tratamento diferente de Romero. Beviláqua nasceu em Viçosa do Ceará, no ano de 1859. Era filho de padre, algo que estava longe de ser incomum à época. José Beviláqua, padre formado no

Seminário de Olinda¹⁵, vigário em Viçosa, enamorou-se, por volta dos 40 anos, da piauiense Martiniana Maria de Jesus, com quem, além do jurista, teve outros cinco filhos entre 1859 e 1905.

Foi ainda em Viçosa que iniciou seus estudos, mas, já em 1872, foi dar continuidade a eles na capital, primeiro no Ateneu Cearense, depois no Colégio Oficial de Fortaleza. No Rio de Janeiro, terminou essa etapa dos seus estudos, frequentando o Externato Gaspar e o antigo Mosteiro de São Bento. Em 1878, enfim, vai a Recife iniciar seus estudos superiores na Faculdade de Direito. Beviláqua vivencia lá um ambiente intelectual em plena efervescência. O “bando de ideias novas” havia impactado há pouco o campo intelectual brasileiro. Tobias Barreto e Sílvio Romero foram seus professores e companheiros. A influência dessa atmosfera de renovação de ideias irá marcar definitivamente sua formação enquanto jurista, concluída em 1882. Pode-se facilmente observar essas influências a em seu *A filosofia positiva no Brasil* (Beviláqua, 1899)¹⁶.

Seu casamento com Amélia de Freitas em 1884 também terá fortes influências sob sua produção, mas, por hora, cumpre notar que Beviláqua teve uma carreira profissionalmente exitosa. Foi professor da Faculdade de Direito do Recife desde meados da década de 1880 e durante a República, com destaque para a cadeira de legislação comparada, assumida em 1891. A forte erudição e conhecimento cosmopolita que demonstrou em sua produção intelectual a frente dos estudos comparados e de direito de família o credenciaram para assumir a empreitada de elaboração do anteprojeto de Código Civil Brasileiro em 1899, dada pelo Ministro da Justiça do governo Campos Sales, Epitácio Pessoa. Seu trabalho à frente do Código Civil só viria a ser aprovado e promulgado em 1916, após longa contenda com Rui Barbosa. Beviláqua faleceu em 1944, mas, deve-se notar, ainda, outras duas atividades que exerceu ao longo da vida: membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897 (tal qual Romero e Machado de Assis), assumindo a 14ª cadeira; e consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, nomeado pelo barão do Rio Branco em 1906 (ficando nessa função até 1934).

O debate sobre o Código Civil (também sobre a Lei do Casamento Civil e do Registro Civil, de 1890) é especialmente interessante porque ocorre em um momento em que a sociedade brasileira era confrontada com as mudanças sociais associadas à modernização, políticas (referidas à reconfiguração do Estado no formato republicano), culturais (associadas a busca por uma identidade nacional, enfim, turbulências culturais) e socioeconômicas. Além disso, nos parece que as disputas em torno do Código

¹⁵ Kenneth Serbin (2008) analisa como o período pombalino (1759-1840) impactou a formação da cultura religiosa no Brasil. A expulsão dos jesuítas levou ao relaxamento das estruturas clericais aristocráticas, ao crescimento do clero secular e a uma maior integração dos sacerdotes com a população, ampliando seu poder regional. Nesse contexto, o clero brasileiro diversificou suas atividades, adotando ideias iluministas, liberais e jansenistas. O Seminário de Olinda, reformado em 1800, simboliza essas mudanças, promovendo uma formação clerical distante do modelo tridentino e questionando o celibato e a autoridade de Roma.

¹⁶ Publicado originalmente em 1883.

emulam, de certa forma, as disputas intelectuais e políticas do campo do direito no Brasil, intensificadas com o advento da República (Neder; Cerqueira Filho, 2007, p. 155).

Seu anteprojeto sofreu inúmeras objeções de Rui Barbosa, então senador, e sua aprovação foi retardada pelas intervenções deste. Passou para a história a versão "oficial" de que a oposição de Barbosa era de ordem gramatical e linguística. Segundo Neder e Cerqueira Filho (Neder; Cerqueira Filho, 2007, p. 156), à parte o fato de que um Código Civil, por sua relevância e duração, deva ter preocupações em relação à sua redação, esse não foi de fato o centro da problemática para Barbosa. O senador, apontam, tentava sustar uma aprovação apressada do Código, visando uma discussão mais profunda, ou, galvanizando forças em torno do que considerava particularmente problemático. Barbosa, deve-se lembrar, foi um dos artífices da Lei do Casamento Civil de 1890 que, promulgada antes mesmo da Constituição Republicana, previa o estatuto civil do casamento, sem, no entanto, prever o divórcio, portanto, mantendo uma visão sacramental, religiosa, da união civil.

Beviláqua, por outro lado, como mostra sua biografia, apresenta, não apenas ligações umbilicais com a Escola de Recife – cuja influência do positivismo cientificista e naturalista encaminha uma visão anticlerical e mais laica do direito – como parece se posicionar em um republicanismo também de corte radical¹⁷. Sua influência por e em Recife é uma chave de leitura para, como Romero, sua posição contrária à filosofia tomista, e, portanto, crítica à certas posturas em relação à ordenação jurídica. De modo que, nessa conjuntura, podemos pensar Beviláqua como tendo elaborado um projeto de Código Civil com um encaminhamento para a condição feminina melhor do que o que foi finalmente aprovado (Neder; Cerqueira Filho, 2007, p. 154).

Dessa influência pode-se abduzir um certo receio em relação ao Código Civil que abordasse temas associados ao casamento e ao direito de família aos quais o campo conservador tomista e católico-ilustrado considerava intocáveis a partir de algumas ideias (e afetos) religiosos muito arraigados. Barbosa, representante desse campo, afirmam os autores,

[...] usou de cautela na condução do processo de reforma na codificação civil e, ao mesmo tempo, manobrou para que as formulações liberais e radicais (sobretudo aquelas referidas à dissolução do casamento e à condução jurídica das mulheres e filhas) fossem afastadas do Código Civil (Neder; Cerqueira Filho, 2007, p. 160).

Essas circunstâncias, suas influências intelectuais advindas de Recife, sua leitura do naturalismo alemão, a presença (ainda que ocultada) de seu pai padre, colocam Beviláqua em uma posição que, apesar do prestígio de sempre, evidenciam suas ideias destoantes do campo hegemônico. São ideias que destoam

¹⁷ Os republicanos do manifesto de 1870, alguns mais radicais, outro menos, foram aliados de participação na reconstrução do Estado na forma republicana, preteridos por monarquistas como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Rio Branco.

em pontos absolutamente conflitivos aos quais os campos hegemônicos não estavam (e até hoje não está) dispostos a abrir mão e nem sequer discutir. Mesmo tendo usufruto de uma condição maior de *insider* que Romero, Beviláqua padece também de uma condição de trânsfuga. A forma como enxerga o direito o leva a colocar o direito de família no centro do processo de modernização, um ponto nodal de um processo real de entrada na modernidade, que confluía ambas as problemáticas chaves daquela conjuntura: a secularização institucional e as preocupações com o controle social diante do fim da escravidão.

Pensamos, assim, que Beviláqua e Romero representam esse ponto do que não pode ser falado, esse ponto de irrupção que insiste em aparecer de diversas formas. Daí suas condições de trânsfugas. Se é verdade que Beviláqua foi mais recebido e esteve mais próximo do poder e do reconhecimento, também é verdade que não figura, na história, com a importância devida. Não se pode ingenuamente crer que a seleção das figuras históricas representativas é feita de forma desinteressada. Da forma como estamos conduzindo a análise, é preciso refletir sobre porque um Joaquim Nabuco, ou um Rui Barbosa, aparecem como vultos sempre referidos, enquanto Clóvis Beviláqua e Sílvio Romero ficam obscurecidos, seja pela crítica, seja pela referência laudatória pouco densa. Essa reflexão envolve pensar os campos políticos a se digladiar no Brasil desta conjuntura, as perspectivas em relação ao(s) direito(s), às posições ideológica em dentro e fora do catolicismo.

A trajetória de ambos os intelectuais reflete as tensões e contradições da modernidade brasileira. Enquanto Romero foi marginalizado por sua postura crítica e antidogmática, Beviláqua, embora mais bem-sucedido, também enfrentou resistências devido às suas ideias. Ambos, no entanto, representam a condição de "trânsfuga", ou seja, de intelectuais que, ao se recusarem a se enquadrar nas correntes hegemônicas, oferecem uma visão crítica das transformações políticas e sociais do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as trajetórias de Machado de Assis (conforme a análise de Silviano Santiago em *Machado – Romance*) Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua, intelectuais contemporâneos do Brasil do *fin-de-siècle*, permite uma compreensão mais densa das pressões biopolíticas e das contradições da modernidade no Brasil. Ainda que sejam autores distantes entre si, a similitude como experimentam essas contradições (um enquadramento social desenquadrado) nos diz algo sobre as condições de integração social da modernidade brasileira. Machado de Assis, um escritor negro em uma sociedade recém-saída da escravidão, já em seus últimos anos, emerge como um observador perspicaz das transformações sociais e políticas do país que experimenta no próprio corpo (físico e simbólico) os desencontros da modernidade. Ao mesmo tempo, Romero e Beviláqua, intelectuais de formação, que se fazem mesmo

sem vir diretamente das classes dominantes e do centro político do país, representam a condição de intelectuais trânsfugas, que, ao se recusam ao completo enquadramento nas correntes hegemônicas em detrimentos de suas autonomias críticas, o que impacta determinadamente suas biografias.

Essa reflexão sugere, também, o valor teórico-metodológico de pensar conjuntamente a literatura e pensamento político-social. Tal conjunção revela espaços privilegiados para a análise das tensões e contradições da modernidade, especialmente em contextos periféricos como o Brasil. Sob esse olhar, a obra de Machado de Assis, assim como as trajetórias de Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua, oferecem insights valiosos sobre as transformações políticas, sociais e culturais do Brasil no final do século XIX e início do XX e suas implicações para a conjuntura contemporânea.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o processo nº 88882.456773/2019-01.

REFERÊNCIAS

BEVILÁQUA, Clóvis. A filosofia positiva no Brasil. *Esboços e Fragmentos*. Rio de Janeiro: Laemmert e C. Editores, 1899.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. Sílvio Romero: crítico e historiador da literatura. In: PAIM, Antonio (org.). *Sílvio Romero (1851/1914): bibliografia e estudos críticos*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999. p. 23-40.

CERQUEIRA, Gabriel S. “Bando de ideias novas”: circulação ideias e redes de sociabilidade entre Recife e Bahia. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 11, n. 2, p. 238-258, 31 maio 2019. Disponível em: <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/239/228>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Carlos Sussekind De. *Silvo Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

- NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PRADO, Antonio Arnoni. Sílvio Romero (a crítica e o método). *Literatura e Sociedade*, n. 11, p. 96–110, 2009.
- SAID, Edward. W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTIAGO, Silviano. Retórica da Verossimilhança. *Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade*, v. 1, n. 1, 1996.
- SANTIAGO, Silviano. *Machado - Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SANTNER, Eric L. *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SANTNER, Eric L. *The royal remains: the people's two bodies and the endgames of sovereignty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VERÍSSIMO, José. Sobre alguns conceitos do Sr. Silvio Romero. *O que é literatura e outros escritos*. São Paulo: Landy Editora, 2001.
- VITA, Luís Washington. Introdução. *Sílvio Romero: Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

Title

Transfuges in Modernity: Literature and Politics in Machado de Assis, Silvio Romero, and Clóvis Beviláqua in the Brazilian Fin-de-Siècle.

Abstract

This article explores the intersections between literature and political thought in Brazil through the lives of Machado de Assis, Silvio Romero, and Clóvis Beviláqua. Based on *Machado - Romance* (2016) by Silviano Santiago, it analyzes how the transformations of modernity are reflected in Machado's life and work, particularly in his final years, highlighting how the social and political tensions of the time are inscribed in the author's personal experience. Meanwhile, Romero and Beviláqua are examined as "transfuge" intellectuals who, by not fitting into dominant structures, offered a critical view of Brazilian modernity. Examining these intellectuals provides a deeper understanding of the contradictions of modernity in Brazil, highlighting the role of literature and culture as spaces for analyzing these tensions. In addition to Santiago, the theoretical framework draws on Edward Said's (2005) ideas on the role of intellectuals and Eric Santner's (2011) insights on modernity.

Keywords

Modernity in Brazil; Machado de Assis; Silvio Romero; Clóvis Beviláqua

Recebido em: 28/02/2025

Aceito em: 23/04/2025